Norbert Elias e a configuração: um conceito interdisciplinar

Norbert Elias and configuration: an interdisciplinary concept.

Norbert Elias et la configuration : un concept interdisciplinaire.

André Oliveira Costa

Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/configuracoes/3947>

DOI: 10.4000/configuracoes.3947

ISSN: 2182-7419

Editora

Centro de Investigação em Ciências Sociais

Edição impressa

Paginação: 34-48

ISSN: 1646-5075

Referência eletrónica

André Oliveira Costa, «Norbert Elias e a configuração: um conceito interdisciplinar », *Configurações* [Online], 19 | 2017, posto online no dia 30 junho 2017, consultado o 21 setembro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/3947> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.3947>

Norbert Elias e a configuração: um conceito interdisciplinar

ANDRÉ OLIVEIRA COSTA*

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo

Este artigo se propõe a pensar o conceito de configuração, tal como ele é desenvolvido pelo sociólogo Norbert Elias, como um elemento metodológico para um pensamento interdisciplinar. Nessa perspectiva, os conceitos de interdependência e poder são vistos como centrais para a articulação entre diferentes campos. No projeto eliasiano de suspender a antítese entre indivíduo e sociedade, o processo civilizador imbrica a sociogênese e a psicogênese. A interdisciplinaridade encontra-se na base desse processo, na medida em que ela trata sobre a formação dos indivíduos através da aprendizagem das regras e normas sociais.

Palavras-chave: configuração, processo civilizador, interdependência, poder.

Abstract

Norbert Elias and configuration: an interdisciplinary concept.

This paper intends to address the concept of configuration, as it is developed by the sociologist Norbert Elias, as a methodological element for an interdisciplinary thought. In this perspective, the concepts of interdependence and power are seen as central for the articulation between different fields. In the Eliasien project of suspending the antithesis between individual and society, the civilising process imbricates sociogenesis and psychogenesis. Interdisciplinarity is the basis of this process, in that it deals with the training of individuals by learning the rules and social norms.

Keywords: configuration, civilising process, interdependence, power.

*Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos; Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); E-mail: androlicos@gmail.com

Résumé

Norbert Elias et la configuration : un concept interdisciplinaire.

Cet article se propose de penser le concept de configuration comme un élément méthodologique de réflexion interdisciplinaire, tel qu'il a été développé par le sociologue Norbert Elias. Dans cette perspective, les concepts d'interdépendance et de puissance sont considérés comme essentiels pour la relation entre les différentes sciences. Dans le projet éliasien de dépasser l'antithèse entre l'individu et la société, le processus civilisateur articule la sociogenèse et la psychogenèse. L'interdisciplinarité est à la base de ce processus, dans la mesure où il s'agit de la formation des individus par les règles et les normes sociales.

Mots-clés: configuration, processus civilisateur, interdépendance, puissance.

Introdução

Norbert Elias procurou desenvolver, durante toda sua trajetória intelectual, um pensamento que ultrapassa as fronteiras estabelecidas entre os campos de conhecimento, resistindo aos dualismos simplistas e às categorizações estereotipadas. Através da multiplicidade de assuntos e da diversidade de disciplinas com as quais dialoga, o sociólogo estende os limites da sociologia ao compreender que os processos sociológicos não existem em si mesmos, mas estão intimamente relacionados aos processos históricos, educacionais, psicológicos e biológicos (Delzescaux, 2001: 162). Nesse sentido, não se trata de pensar em estruturas sociais estáticas, mas de considerá-las sempre em desenvolvimento a longo prazo, tampouco de considerar ações sociais como individuais, pois o indivíduo deve ser inscrito dentro de uma rede de relações. Sua sociologia, dessa forma, se transforma em uma sociogênese, cujas bases concomitantemente constituem a psicogênese dos indivíduos.

Neste artigo, nos propomos a investigar como Norbert Elias situa o conceito de configuração como elemento fundamental em seu projeto de ruptura do pensamento fragmentário, buscando pensar uma articulação interdisciplinar entre diferentes campos de conhecimento. Nessa perspectiva, a tese sobre o processo civilizador permite ultrapassar o princípio que sustenta que os indivíduos são entidades fechadas e autônomas. Em relação ao indivíduo e à coletividade, nenhum desses termos deve ser considerado completo, mas em constante processo de transformação; não devem ser considerados em seu tempo presente, mas devem ser sempre vistos a longo prazo.

As análises de Norbert Elias em *A Sociedade de Corte* serão utilizadas como exemplo para apresentar o conceito de configuração como um operador metodológico, que é aplicado ao campo da sociologia, mas que toma emprestado elementos de outras disciplinas para compreender o ser humano dentro de uma rede de relações e interdependências. Assim, pretendemos mostrar como a configuração serve para articular áreas como educação, história, sociologia e

psicanálise. Dessa maneira, não podemos pensar o indivíduo sem estar inscrito simbolicamente em uma rede social, nem a sociedade sem o recalçamento das pulsões e afetos.

Lemos Elias compreendendo que ele se afasta de certas posições tradicionais: a *metafísica*, que substancializa os seres como se eles existissem de forma autônoma e independente; a *dualista*, que pensa as relações como se fossem dicotomias expressas em termos de causa e efeito, sujeito e objeto, interior e exterior; a *teleológica*, que vê os processos como se fossem a evolução em vista da realização de um fim determinado; a *normativa*, que visa uma cientificidade na qual o próprio investigador se considera excluído de seu objeto de pesquisa; a da *causalidade*, que precisa correlacionar a formação de efeitos na necessidade mecanicista de uma causa; e a *fragmentária*, que pensa o mundo de forma descontínua, constituído por elementos encerrados em sua particularidade.

1. A configuração da sociedade de corte

A pesquisa que Elias desenvolveu em Frankfurt na década de 1930 foi publicada 30 anos mais tarde, com o título *A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trata-se de um trabalho interdisciplinar, marcado pela história, na medida em que estuda a corte francesa do *Ancien Régime* entre os reis Francisco I e Luís XIV; pela sociologia, na medida em que sua análise não se refere à corte, mas à sociedade de corte enquanto formação social configurada por sujeitos em interdependência e à função social do rei e de suas relações; pela *psicologia*, na medida em que ele trata sobre o desenvolvimento e o controle da economia psíquica dos indivíduos; e pela *educação* através da formação de hábitos e comportamentos. Vejamos como na configuração da sociedade de corte estão imbricadas a sociologia, a educação e a psicanálise.

Em *A Sociedade de Corte*, Elias apresenta alguns dos conceitos fundamentais de sua obra, como configuração, interdependência e equilíbrio das tensões. Dentre eles, destacamos o conceito de configuração como central, pois ele possibilita a reformulação até mesmo do próprio significado de sociologia. A teoria eliasiana, nesse sentido, é considerada uma sociologia configuracional. Afirma Elias (2001b: 213): “uma das questões centrais da sociologia, talvez a questão central, seja saber de que modo e por que os indivíduos estão ligados entre si, constituindo, assim, configurações dinâmicas específicas”. Através do conceito de configuração, Elias consegue ultrapassar o pensamento que sustenta o antagonismo entre indivíduo e a sociedade, como se fossem estruturas autônomas e independentes, um ente indivisível e a uma superestrutura formada por um conjunto de elementos isolados, respectivamente. No segundo volume de *O Processo Civilizador*, Elias faz uma descrição da configuração como o elemento articulador da sociologia com outros campos de investigação. Trata-se

de uma referência que merece ser longamente citada, na medida em que fornece as diretrizes para a pensar inter-relação entre disciplinas:

A fim de entender estruturas e processos sociais, nunca é suficiente estudar um único estrato funcional no campo social. Para serem realmente entendidas, essas estruturas e processos exigem um estudo das *relações entre os diferentes estratos funcionais* que convivem juntos no campo social e que, com a mais rápida ou mais lenta mudança nas relações de poder provocadas por uma estrutura específica desse campo, são no curso do tempo reproduzidas sucessivas vezes. Da mesma forma que em todo estudo psicogenético é necessário levar em conta não só as funções “inconscientes” e “conscientes”, mas a contínua circulação de impulsos entre umas e outras, igualmente é importante, em todos os estudos sociogenéticos, levar em conta desde o princípio toda a *configuração* do campo social, que é mais ou menos diferenciado e carregado de tensões (Elias, 1993: 239).

Para Elias, a sociedade de corte constitui uma configuração, pois se mostra como uma estrutura social em constante processo de transformação e que é composta por elementos interdependentes entre si. A sociedade de corte, tal como podemos ver na corte do rei Luís XIV, não é um fenômeno que se encontra fora dos indivíduos, da mesma forma que eles não conseguiriam reconhecer o sentido de suas vidas fora dela. O conceito de configuração desalinha as fronteiras entre público e privado, desarruma as diferenças entre social e psíquico.

Parte-se, assim, do princípio que conceitos como “indivíduo” e “sociedade” não são estáticos, pois estão sempre sofrendo transformações; que eles se diferenciam, mas são elementos de uma mesma estrutura. Elias, com isso, abre caminho para a compreensão da formação dos indivíduos através do lugar social que eles ocupam, de suas relações com as normas e as regras que organizam os grupos sociais, considerando o processo de internalização e constrangimento das pulsões e emoções de cada um. Apesar de Elias, em *A Sociedade de Corte*, não fazer referência ao pensamento de Freud, sabemos que, na época de sua escrita, ele já estava às voltas com a psicanálise (Joly, 2010) na tentativa de imbricar a sociogênese, que se refere aos processos de formação de determinada configuração social, com a psicogênese, que diz respeito à economia psíquica, à transformação dos comportamentos e das estruturas da personalidade.

Elias quer se distanciar de certas posições teóricas que partem do pressuposto de que o “sujeito” é separado da “natureza” ou dos “objetos. Essas teorias não consideram, como ele nos indica, que a formação de uma “instância de controle mais ou menos automatizada pelo hábito e pela educação se intercala, sob o nome de reflexão, entre o homem e o objeto de conhecimento” (Elias, 2001b: 215). Entre indivíduo e cultura, o que vemos é a formação de uma estrutura simbólica que transforma muito lentamente as emoções e os comportamentos. A educação, nesse sentido, é, por excelência, um dos principais

temas de Elias, na medida em que ele pensa os processos de formação dos indivíduos correlacionados com o processo de formação das estruturas sociais.

Em *Norbert Elias e a Educação*, Andréa Leão (2007) nos mostra como a obra do sociólogo está intimamente atravessada pela educação, na medida em que Elias trata o infantil, a formação da personalidade, a construção dos símbolos sociais, além do decoro corporal, do controle dos gestos, expressões faciais e emoções, da forma de olhar os outros e regular seus comportamentos. Segundo a autora (*idem*), a civilização é efeito de um processo no qual o universo simbólico infantil começou a se diferenciar da esfera social dos adultos. A leitura de manuais de comportamento, que tratavam sobre a importância da etiqueta e da cerimônia na formação do caráter, foram fundamentais na nova configuração da corte francesa, na medida em que regulavam o comportamento infantil e faziam de suas leituras uma forma de conversação sobre técnicas de autocontrole e disciplina.

No posfácio “Freud, Elias e a ciência do homem”, publicado no livro *Au-delà de Freud: Sociologie, psychologie, psychanalyse*, Bernard Lahire (2010) nos aponta como Elias se aproxima da psicanálise freudiana a fim de buscar a historicização de seus conceitos, visto que, mesmo reconhecendo a importância da psicanálise, uma das críticas que Elias teceu ao pensamento de Freud foi não ter considerado os efeitos das transformações sociais ao longo da história no desenvolvimento da estrutura psíquica. Para Elias (2010), Freud concebeu as instâncias psíquicas como se fossem estáticas e universais, isto é, como se o supereu, o eu e o isso estivessem presentes no psiquismo do ser humano desde sua origem.

De acordo com Roger Chartier (2001), no prefácio que escreveu à obra *A Sociedade de Corte*, a função do sociólogo, tal como a propõe Elias, é identificar e compreender as formações sociais ao longo dos tempos, ou seja, realizar uma análise das configurações. Isso significa tomar como referência três escopos de desenvolvimento: a evolução biológica, a evolução social e a evolução vivida na escala da história individual (Chartier, 2001). No caso das sociedades de corte, esses critérios possibilitam compreender como as tensões entre as forças de diferentes grupos sociais (a burguesia e a aristocracia) conduziram a sociedade de corte a um processo em que o Estado se coloca como o responsável pelo monopólio da violência, contra as forças corporais das pulsões e a espontaneidade das emoções e dos afetos.

Também estamos de acordo com Chartier quando ele nota que o conceito de configuração carrega consigo paradoxos e contradições formados pelos encontros de pensamentos diferenciados. No caso da sociedade de corte, segundo o autor, o conceito de configuração apresenta três paradoxos. O primeiro surge quando novas proibições são impostas de fora, transformando a economia psíquica e inscrevendo maior autocontrole sobre as pulsões e as emoções. É o paradoxo da *proximidade e distância*. É ele que produz a indefinição

entre os espaços da vida pública e a vida privada. Afirmar o autor: “Inicialmente, a sociedade de corte é uma configuração em que a maior distância social se manifesta na maior proximidade espacial” (Chartier, 2001: 20). Isso faz com que o rei inscreva uma distância no seio da nobreza. Elias identifica esse paradoxo através da análise das habitações das elites parisienses, mostrando como os *hotéis* particulares da aristocracia refletiam as relações interpessoais entre o marido e a esposa, entre os mestres e os serviçais.

O segundo princípio paradoxal dessa nova formação social é o da redução da *identidade à aparência*. O ser de um indivíduo é definido pela representação que ele ocupa dentro da rede de relações sociais. Como efeito dessa imbricação entre ser e parecer, a educação através da etiqueta estabelece o modelo das formações de personalidade. De acordo com Chartier (idem: 21): “em uma tal formação, a construção da identidade de cada indivíduo está sempre no cruzamento da representação que faz de si mesmo e da credibilidade concedida ou recusada pelos outros a essa representação”. Nesse sentido, Elias dedica um capítulo para falar sobre a etiqueta e o cerimonial, notando que os gestos, os hábitos e os comportamentos da corte inscreviam modos particulares de existência.

A arte de observar pessoas e a arte de lidar com pessoas condicionam a mentalidade e as emoções. Surge uma nova forma de ser e de pensar, conforme Elias (2001b: 126): “Aquilo que é ‘racional’ depende sempre da estrutura da sociedade. O que denominamos objetivamente ‘razão’, ou *ratio*, vem à tona sempre que a adaptação a uma determinada sociedade e a sobrevivência dentro dela, demanda uma precaução ou cálculo específico”. Esse novo pensamento, reflexo das exigências e das regras sociais, leva a uma nova economia psíquica, de controle e retração das emoções: “A estrutura da vida social dentro dessa configuração deixa um espaço mínimo, comparativamente, para as manifestações afetivas espontâneas” (idem, ibidem).

E o terceiro paradoxo que fundamenta a configuração da sociedade de corte, segundo Chartier, diz respeito à relação entre *superioridade e submissão*. A superioridade da posição social se fundamenta nas submissões políticas e simbólicas. Indivíduos pertencentes à sociedade de corte estão submetidos às regras e normas específicas, que não são as mesmas que organizam a burguesia. As formações reguladoras e a etiqueta são elementos que possibilitam a diferenciação entre as classes sociais: “Com a etiqueta, a sociedade de corte procede à sua autorrepresentação, cada pessoa singular distinguindo-se de cada uma das outras e todas elas se distinguindo conjuntamente em relação aos estranhos ao grupo” (Elias, 2001b: 120). Dentro da sociedade de corte, então, a educação pela formalidade dos comportamentos cerimoniais, com regras e costumes que se impõem sobre os pequenos gestos e olhares, associa os indivíduos em diferentes configurações, através do controle dos afetos e das emoções, e os distingue da burguesia e das classes mais pobres.

Contudo, até mesmo o rei está preso às obrigações da etiqueta e dos cerimoniais, conforme Elias se dedica a analisar em um dos capítulos de *A Sociedade de Corte*. Os símbolos sociais da corte transmitidos pela educação ao *citoyen* das elites aristocráticas fundaram configurações que visavam um maior distanciamento entre as classes sociais, o apreço pelos detalhes dos gestos, o pensamento racional e o controle das emoções. Mas, se, para o rei Luís XIV, a etiqueta tinha valor de dominação, também o soberano estava inscrito em uma rede de interdependências. A configuração de dominação, que inscreveu na corte um “fetiche de prestígio”, colocou o rei no aprisionamento de sua própria imagem, sendo obrigado não apenas a exercer, mas também a demonstrar publicamente seu poder através de atos simbólicos de assujeitamento dos outros. Afirma Elias (2001b: 149):

A violenta reivindicação de importância e a necessidade de glorificar a própria existência como soberano, que aparentemente o elevavam acima de todos os outros homens, acabavam ao mesmo tempo prendendo o rei em correntes que o empurravam inexoravelmente para dentro da engrenagem social.

O paradoxo das relações de interdependência da sociedade de corte se mostra de maneira mais efetiva no equilíbrio de forças que o soberano deve exercer: para ter mais poder, mais liberdade individual, mais dependente ele se torna dos instrumentos de dominação, mais ele perde seu espaço privado. Através da análise da sociedade de corte, entre suas tensões e jogos de poder, fica evidente que o conceito de configuração ultrapassa a ideia de sistema, na medida em que ele não evoca a ideia de uma entidade totalmente fechada, nem a de uma harmonia imanente. O conceito de configuração pode fazer referência a relações mais ou menos estáveis, pacíficas e amigáveis entre as pessoas, assim como a relações hostis e prestes a se romper. Por isso, Elias não se limita a estudar as formações sociais estabelecidas, mas vai em busca de desequilíbrios, de situações de violência, de solidão e morte.

2. Os fundamentos da configuração: interdependência e poder

No texto *A Sociedade dos Indivíduos*, escrito em 1939, mas publicado apenas em 1987, Elias apresenta um dos principais objetivos de suas investigações, a saber, superar a oposição que o pensamento moderno estabeleceu entre o indivíduo e o mundo, determinando-os como termos opostos e inconciliáveis. Sua proposta é se afastar do muro intransponível entre indivíduo e sociedade. Elias (1994: 18) escreve: “Mas e se uma compreensão melhor da relação entre indivíduo e sociedade só pudesse ser atingida pelo rompimento dessa alternativa ou isto/ou aquilo, desarticulando a antítese cristalizada?”.

Elias busca compreender esses termos através do processo civilizador, pela qual eles são tratados em imbricação mútua. Nem indivíduo, nem sociedade. Para o sociólogo (idem, ibidem): “considerados num nível mais profundo, tanto os indivíduos quanto a sociedade conjuntamente formada por eles são igualmente desprovidos de objetivo. Nenhum dos dois existe sem o outro”. O ser humano nasce dentro de um contexto cultural e familiar, em uma rede de associações pré-existente a ele. Cada pessoa surge como uma função dentro de uma configuração, na qual as outras pessoas agem igualmente como funções, de modo que cada um se constitui através do outro.

Dessa forma, em *A Sociedade dos Indivíduos*, já encontramos o projeto de uma sociologia não dualista: “liberar o pensamento da compulsão de compreender os dois termos [indivíduo e sociedade] como opostos” (Elias, 1994: 7). O pensamento eliasiano como um todo vai contra a ideia de uma totalidade de unidades, considerando impossível pensar os indivíduos como indissociáveis dos laços sociais, como unidades isoladas de qualquer relação que possam estabelecer com os outros, assim como impedindo de conceber a sociedade como resultante de um agrupamento de seus membros, como entidades supra-individuais, exteriores e separadas dos indivíduos. Sua proposta é, justamente, criticar as concepções que se apoiam nesta divisão entre a centralização psicológica e as estruturas sociais.

Norbert Elias opõe-se fortemente ao pensamento que introduz uma barreira entre indivíduo e sociedade e que configura esses termos, por vezes um ou outro, como elementos reais ou irrealis, cujas existências seriam separadas uma das outras, entidades autônomas, livres e com maior valor que a outra. Para ele, termos como indivíduo e sociedade são “aspectos diferentes, embora inseparáveis, dos mesmos seres humanos, e que ambos os aspectos (e os seres humanos em geral) habitualmente participam de um processo de transformação estrutural” (Elias, 1990: 220).

A intenção de suspender a separação entre indivíduo e sociedade é reafirmada na introdução do livro *A Sociedade de Corte*:

Os conceitos de “indivíduo” e “sociedade” geralmente são usados como se dissessem respeito a duas substâncias distintas e estáveis. Por esse uso das palavras, é fácil ter a impressão de que elas designam objetos não só distintos, mas absolutamente independentes em sua existência. Mas na realidade designam processos. Trata-se de processos que de fato se diferenciam, mas são indissociáveis (Elias, 2001b: 45).

Essa divisão inscreve diferentes posições a respeito dessa relação, que tem consequências éticas e políticas no comportamento daqueles que acabam adotando um dos lados. Seja no campo da educação, da psicologia ou da história, o indivíduo, muitas vezes, aparece existindo fora da sociedade, de maneira

autônoma e independente, recebendo destaque sobre o coletivo. O indivíduo da filosofia, por exemplo, existe *a priori* e em excelência. Ele não passou pelo processo de desenvolvimento próprio da natureza humana e de sua sociedade. É o *homo philosophicus* que, olhado mais atentamente, pode ser encontrado em diferentes versões, segundo as diferentes ciências: o *homo æconomicus*, o *homo psychologicus*, o *homo sociologicus* e o *homo pædagogicus*. São personagens, acima de tudo, ideais, estáticas e universalmente replicáveis. Outras vezes, a sociedade também aparece como existindo fora do indivíduo, autônoma e independente. Por exemplo, quando o Estado impõe-se sobre o indivíduo ao exigir dele a obrigatoriedade de entregar sua própria vida diante de um contexto de guerra, ou quando impõe leis que arbitram e regulam a vida privada de cada um, anulando a liberdade individual e as possibilidades de fazer escolhas próprias.

Nessa lógica, buscar-se-ia pensar quem estaria dentro e quem estaria fora, quem seria maior, quem seria menor, onde está a causa e onde está o efeito. A princípio, parecem restar apenas essas duas escolhas. Considerar o indivíduo como o que existe realmente, fechado em si mesmo, para além da sociedade, que seria mera abstração; ou a sociedade caracterizada como uma totalidade, um sistema externo com regras e funcionamento próprios, cuja realidade ultrapassa a abstração do indivíduo. Mas, seguindo o pensamento de Elias, não devemos pensar em entidades, mas em configurações; não se trata de civilização, mas de processo civilizador.

Elias também não pensa a sociedade como tendo contornos nítidos, completa em si mesma, com todas suas estruturas visíveis. De acordo com o sociólogo: “consideradas como totalidades, [as estruturas] são sempre mais ou menos incompletas: de onde quer que sejam vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro” (Elias, 1994: 20). Conceber a incompletude da estrutura social, entretanto, não conduz à conclusão de que não haja regras ou ordem. Dentro desse desequilíbrio, cada pessoa assume um determinado lugar, tem uma função, uma propriedade ou uma tarefa específica em relação aos outros.

Com o objetivo de ultrapassar a oposição estabelecida pelas ciências entre indivíduo e sociedade, Elias forja o conceito de configuração, escapando das abordagens que assumem uma dessas posições, tal como encontramos das ciências humanas em geral ou, na sociologia, nas proposições do individualismo de Max Weber e do holismo de Emile Durkheim (Colliot-Thélène, 2010; Blondel, 2001). Para Elias, essa divisão resulta da forma individualista do pensamento do mundo ocidental moderno. Mas, quando o pesquisador se desvencilha das amarras dessas posições, ele percebe que falar de indivíduo e sociedade é fazer referência a aspectos diferentes do mesmo objeto.

Além da suspensão da antítese *indivíduo/sociedade*, o conceito de configuração repercute-se nas ideias de *causalidade/efeito* e de *poder*. Segundo

Florence Delmotte (2010), essas disjunções veiculam a falsa concepção da liberdade individual e do determinismo social. Nem um, nem outro. Nem o indivíduo é totalmente livre, nem totalmente determinado, seja por forças exteriores, seja por suas pulsões, desejos e interesses. Os indivíduos, antes mesmo de nascer, são dependentes de uma rede de associações que situa seu lugar em relação aos outros, assim como as sociedades, em suas estruturas, são formadas de ações resultantes desses indivíduos socializados. Afirmo Delmotte (2010: 32):

Contam apenas as relações e as situações de interdependência que elas definem; contam apenas as interações – não necessariamente voluntárias, nem conscientes, nem mesmo concretamente interpessoais e menos ainda igualitárias –, que religam os homens aos que os entornam, de perto e de longe, aos que os precederam, aos que os sucederão.

No artigo intitulado *Conceitos sociológicos fundamentais*, Elias (2006) nos mostra que o conceito de configuração compreende a formação dos indivíduos na sua relação com os objetos simbólicos, com a transmissão da cultura e com o aprendizado de um patrimônio simbólico social. O indivíduo que não foi educado com símbolos de uma cultura, que não aprendeu uma língua ou que não inscreveu elementos sociais em seu processo de subjetivação não se desenvolve propriamente como um ser humano. Assim, devido à interdependência entre os indivíduos, mesmo em situações de desordem, caos, rompimentos ou desintegrações sociais, os indivíduos sempre acabam se agrupando em configurações específicas.

O indivíduo possui dentro da sociedade um papel que já lhe vem determinado anteriormente ao seu nascimento. Não lhe cabe absolutamente a escolha de mudar de posição. Elias (1994: 21) afirma: “Até sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que recebe”. Os indivíduos constituem uma rede de *laços invisíveis*, cuja circulação é limitada e dependente das funções que podem exercer dentro da configuração. Essa associação não se constitui de relações entre indivíduos, mas de relações entre funções. As configurações, portanto, designam todo tipo de situação concreta de interdependência, desde um jogo de cartas até o funcionamento de uma nação.

O lugar em que uma criança ocupa dentro da rede das relações familiares, assim como a classe social a que ela pertence são exemplos de alguns dos fatores que contribuem para formar sua personalidade. Um indivíduo existe a partir das marcas simbólicas inscritas pelos outros com os quais ele se relaciona, mas também por sua capacidade de representar-se como alguém que pertence e ocupa uma determinada função dentro de uma coletividade: “Toda a maneira

como o indivíduo se vê e se conduz em suas relações com os outros depende da estrutura da associação ou associações a respeito das quais ele aprende a dizer ‘nós’” (Elias, 1994: 39). A proposta de Elias se desdobra na direção de conceber que os gestos e atos de uma criança não são efeitos de sua natureza interior, mas constituem uma função e um precipitado de relações.

Segundo Delmotte (2010), o conceito de configuração ainda traz consigo outra perspectiva além do rompimento com o princípio da causalidade/efeito. Trata-se da ideia de *poder*, que marca toda sorte de funções dentro das relações entre as pessoas. O poder não é uma posse, algo que um indivíduo mais forte possui para domínio do mais fraco. Antes, ele é uma particularidade de todas as relações humanas. Por causa disso, Elias se interessa, em suas pesquisas, em estudar as forças que se encontram entre diferentes configurações: por exemplo, entre estabelecidos e *outsiders*, entre a aristocracia e a burguesia presentes na corte francesa, e entre a formação do Estado alemão e a Alemanha nazista.

Ao longo de sua obra, Elias recorre a diversas imagens para descrever o funcionamento das configurações. Em *A Sociedade dos Indivíduos*, a configuração é ilustrada através de uma rede de tecidos constituída por fios isolados que se ligam um ao outro, de modo que não se pode compreendê-la em sua unidade, nem em sua totalidade, mas nas relações recíprocas entre as partes. Em *O Processo Civilizador*, ele exemplifica a interdependência funcional através das diferentes complexidades entre rotas e vias de comunicação de dois diferentes tipos de sociedade.

Mas é no livro *Introdução à Sociologia*, onde Elias utiliza as situações de jogos, como de carta ou de xadrez, que o conceito de configuração aparece entrelaçado com o de poder. A utilização dos modelos dos jogos pode ser aproximada das competições esportivas como uma forma de exemplificar o funcionamento da sociedade. Eles servem para explicar o entrelaçamento dos fins e das ações entre os homens, demonstrando, de um modo simplificado, o caráter relacional do poder que ocorre no entrelaçamento de funções em uma estrutura social. As ações operadas por cada função determinam os processos internos dessas estruturas, tal como num jogo de xadrez, em que os movimentos das peças vão traçando a história do movimento das jogadas que lhes sucedem. Assim, não é possível explicar as ações e os objetivos das funções se forem tomadas isoladamente, mas apenas na inter-relação que elas mantêm com outras funções. Dentro de uma competição, nenhuma jogada pode ser explicada isoladamente, mas apenas tendo em conta o modo como as jogadas anteriores resultaram na configuração das peças até aquele momento específico.

O conceito de *função* remete para o caráter relacional das ações dos indivíduos ordenadas pelo poder que eles exercem uns sobre os outros. A função não é “uma tarefa desempenhada por uma parte, dentro de uma ‘totalidade’ harmoniosa. O modelo dos jogos nos indica que, tal como o conceito de poder, o conceito de função deve ser compreendido como um conceito de relação”

(Elias, 2008: 84). Para evitar a unilateralidade da função e, assim, não mais pensar através de implicações unilaterais, por exemplo, a sociedade determinando de fora as ações do indivíduo, Elias afirma que a função, por ser uma relação multivetorial, é o mútuo exercício de poder de um sobre o outro:

Dependemos dos outros; os outros dependem de nós. Na medida em que somos mais dependentes dos outros do que eles são de nós, em que somos mais dirigidos pelos outros do que eles são por nós, estes têm poder sobre nós, quer nos tenhamos tornado dependentes pela utilização que fizeram da força bruta ou pela necessidade que tínhamos de ser amados, pela necessidade de dinheiro, de cura, de estatuto, de uma carreira ou simplesmente de estímulo (Elias, 2008: 101).

O conceito de poder, para Elias (2008: 81), é “uma característica estrutural das relações humanas – de *todas* as relações humanas”. Ele é resultante do encontro das funções sociais. Não é um atributo que possa ser possuído por componentes isolados. Também não é característico exclusivamente das situações de dominação, tal como a do senhor e do escravo. Pelo contrário, ele assume variadas formas e se encontra em todos os níveis de relações – familiares, políticas, econômicas, religiosas. Uma criança, por exemplo, tem poder sobre os pais quando estes lhe atribuem um determinado valor, assim como um escravo também tem poder sobre o senhor ao deixá-lo dependente em suas necessidades. O poder é estrutural em uma relação e, por isso, não pode ser qualificado nem como bom, nem como mau.

Dessa forma, os jogadores singulares não têm total liberdade de escolha, na medida em que é o próprio processo do jogo que tem poder sobre as jogadas realizadas. Afirma Elias (2008: 104): “As suas ações e ideias não podem ser explicadas e compreendidas se forem consideradas em si mesmas; precisam ser compreendidas e explicadas no interior da estrutura do jogo”. Contudo, uma determinada configuração, assim como ocorre com jogadores que disputam uma partida, também depara-se com o problema do *acaso*: “O processamento de um jogo, que surge inteiramente como um resultado de cruzamento de jogadas individuais de muitos jogadores, toma um rumo *que não foi planejado, determinado ou pensado antecipadamente por nenhum dos jogadores individuais*” (Elias, 2008: 103). O acaso das ações singulares e a contingência da própria configuração afastam o efeito de causalidade direta de um sobre o outro, como se supostamente mudando um, o outro também mudasse.

Para se afastar da concepção fragmentada não relacional entre os elementos de uma determinada configuração (seja qual for o grau de complexidade, como um jogo de cartas ou a sociedade de corte francesa do século XVI), é necessário abdicar dos recursos de linguagem utilizados pelas ciências modernas. A especificidade das teorias sociológicas – e poderíamos estendê-la para qualquer pensamento que investiga as relações humanas – resulta não do

objeto sobre o qual nos debruçamos, mas dos conceitos em que nos apoiamos. O uso de determinadas palavras conduz a descrições que se restringem a relações de oposição: sujeito versus objeto, mundo interno *versus* mundo externo, eu versus outro, natureza versus cultura. A linguagem, então, nos obriga a falar e a pensar como se esses elementos fossem entidades isoladas e estáticas, sem considerá-los em relações.

Assim ocorre também com termos como Estado, escola, família, criança e pessoa. Tomá-los como termos independentes afasta-os de quaisquer relações que eles estabeleçam, como se o comportamento de uma criança dissesse respeito apenas a ela própria e não fosse efeito do lugar que ela ocupa dentro de uma complexa rede de relações, ou como se os pais não precisassem ser condizentes com as determinações da sociedade e do Estado. O uso de certas palavras, especialmente em culturas altamente individualizadas, faz com que seus referentes sejam representados como elementos estáticos, autônomos e independentes. Elias (2008: 129) dá especial destaque aos pronomes pessoais como determinantes de certa posição subjetiva ao longo da história: “Somos levados a acreditar que o nosso ‘eu’ existe de certo modo ‘dentro’ de nós; e que há uma barreira invisível separando aquilo que está ‘dentro’ daquilo que está ‘fora’ – o chamado ‘mundo exterior’”.

Quando Elias considera importante o lugar que cada indivíduo assume dentro de uma estrutura de relações funcionais, pensamos que aí se encontra uma teoria que nos leva a compreender o indivíduo desde o lugar que ele responde às ações do outro. O pronome “eu” refere-se a uma pessoa no singular, enquanto o pronome “nós” a pessoas no plural. Mas é impossível fazer referência à pessoa singular excluída da pluralidade de suas relações. Assim, Elias questiona a barreira que encerra os seres humanos em entidades isoladas e independentes (*homo clausus*), para representá-los como diversos “eus” interdependentes, com valências abertas às teias sociais.

A utilização dos pronomes pessoais normalmente concede aos seus referentes a qualidade de substantivos. O pronome “eu”, por exemplo, quando tratado como objeto de estudo, é transformado numa substância, em uma coisa independente. A psicologia experimental ou laboratorial, através das avaliações por testes psicológicos, considera alcançar as propriedades de um indivíduo como se ele fosse um ser autônomo e independente e, portanto, quantificável, universal e constante. Dessa forma, os outros pronomes, “tu”, “ele” e “nós”, estão para o primeiro como entidades outras. A crítica de Elias (2008: 134) recai novamente sobre o uso individualizante destes pronomes: “A função que o pronome ‘eu’ desempenha na comunicação humana só pode ser compreendida no contexto de todas as outras posições relativamente às quais se referem os outros termos da série”.

Por outro lado, quando tratados como funções, no sentido de serem posições pelas quais os indivíduos exercem suas ações, os pronomes pessoais estão

intrinsecamente relacionados, de forma que não se poderia pensar o “eu”, sem os “tu”, “ele” e “nós”. Esses pronomes indicam o conjunto de coordenadas com as quais se representa as sociedades ou qualquer tipo de pluralidade humana. O “eu”, desde onde se fala ao “tu”, inclui-se no “nós” como seu coletivo, deixando para o “ele” a função que se encontra fora de seu grupo: “Os pronomes pessoais são no seu conjunto uma expressão elementar do fato de que cada um se relaciona fundamentalmente com os outros e de que cada ser humano individual é essencialmente um ser social” (Elias, 2008: 135). É impossível falar em “nós” sem conceber o “eu” desde onde o indivíduo se enuncia ao “ele”.

São posições básicas que situam as relações das diversas configurações, seja daquele que fala “por si” ou “pelo grupo” ao qual pertence. Isso indica que o indivíduo singular se refere a uma pessoa em relações de interdependência e a sociedade ao conjunto de pessoas em relações de interdependência. Assim, com a utilização dos pronomes pessoais como modelo para pensar as configurações, compreendemos como é possível pensar uma *distinção* entre as pesquisas sobre pessoas no singular e as pesquisas sobre pessoas no plural, mas é impossível a sua separação, “tal como as pessoas no singular não podem ser separadas das pessoas no plural” (idem, *ibidem*).

Considerações finais

O conceito de configuração é uma estratégia metodológica que possibilita escapar dos ideais e das crenças pelos quais os diversos campos de conhecimento estão capturados, fragmentando e polarizando a dimensão humana. A configuração alarga os campos e os coloca em relação estreita com outras disciplinas, como a sociologia se volta para a educação, a história e a psicologia. Se tivermos que buscar um adjetivo para qualificar a sociologia de Norbert Elias, devemos necessariamente passar pelo conceito de configuração, na medida em que é através dele que Elias dá sentido à realidade. Mas denominar seu pensamento de sociologia das configurações é também determiná-la como uma sociologia dos processos:

Este pode ser aplicado tanto a grupos relativamente pequenos como a sociedades constituídas por milhares ou milhões de pessoas interdependentes. Professores e alunos numa aula, médico e doentes num grupo terapêutico, clientes habituais num bar, crianças num infantário - todos eles constituem configurações relativamente compreensíveis (Elias, 2008: 143).

Configuração e processo são conceitos de Elias que tornam as estruturas sociais e as estruturas da personalidade imbricadas uma nas outras. Devem ser encontrados em situações de interdependências entre as partes – sejam elas de

ordem afetiva, econômica ou social –, numa relação atravessada pelo poder e pela busca do equilíbrio de forças. Assim, vemos que, a partir da ideia de configuração, os objetos da sociologia, da educação e da psicanálise não podem ser tomados em seus campos restritos, na medida em que fazer isso seria considerá-los em sua parcialidade. Essas disciplinas avançam ao considerá-lo em sua interdependência, situados em um processo de formação que deve ser visto sempre a longo prazo.

Referências bibliográficas

- BLONDEL, Jacqueline (2001), “Encadeamento e regularidades nas ‘ciências da cultura’: Seguindo Friedrich Nietzsche, Max Weber, Norbert Elias”, in A. Garrigou e B. Lacroix (orgs), *Norbert Elias: A política e a história*, São Paulo, Perspectiva, pp. 43-64.
- CHARTIER, Roger (2001), “Formação social e economia psíquica: A sociedade de corte no processo civilizador”, in N. Elias, *A Sociedade de Corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp. 7-25.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine (2001), “O conceito de racionalização: De Max Weber a Norbert Elias”, in A. Garrigou e B. Lacroix (orgs), *Norbert Elias: A política e a história*, São Paulo, Perspectiva, pp. 23-42.
- DELMOTTE, Florence (2010), “Termes clés de la sociologie de Norbert Elias”, *Vingtième Siècle: Revue d’histoire*, 106, pp. 29-36 [Online], disponível em: <http://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2010-2-page-29.htm> [consultado em 06 de maio de 2016].
- DELZESCAUX, Sabine (2001), *Norbert Elias: Une sociologie des processus*, Paris, L’Harmattan.
- ELIAS, Norbert (2010) [1990], “Le concept freudien de société et au-delà”, in N. Elias, “*Au-delà de Freud: sociologie, psychologie, psychanalyse*”, Paris, Lá Découverte, pp. 131-186.
- ELIAS, Norbert (2008) [1970], *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70.
- ELIAS, Norbert (2006), *Escritos & Ensaios: 1 – Estado, processo, opinião pública*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, Norbert (2001) [1969], *A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, Norbert (1994) [1987], *A Sociedade dos Indivíduos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, Norbert (1993) [1939], *O Processo Civilizador: vol. 2 – Formação do Estado e Civilização*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, Norbert (1990) [1939], *O Processo Civilizador: vol. 1 – Uma História dos Costumes*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- JOLY, Marc (2010), “Dynamique de champ et ‘événements’: Le projet intellectuel de Norbert Elias (1930-1945)”, *Vingtième Siècle: Revue d’histoire*, 106, pp. 81-95, [Online], disponível em: <http://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2010-2-page-81.htm> [consultado em 06 de maio 2016].
- LAHIRE, Bernard (2010), “Freud, Elias et la Science de l’homme”, in N. Elias, *Au-delà de Freud: Sociologie, psychologie, psychanalyse*, Paris, Éditions Lá Découverte, pp. 187-213.
- LEÃO, Andrea (2007), *Norbert Elias e a Educação*, Belo Horizonte, Editora Autêntica.